

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA UNIÃO EUROPEIA

INSTITUTO DE ECONOMIA - UNICAMP

Bolsista: René du Raymond Sacramento (reneduani@yahoo.com.br)

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lucia Gonçalves da Silva (neitp@eco.unicamp.br)

Agência financiadora: CNPq

Palavras-chave: Política Regional - União Européia - Gestão de Políticas Regionais

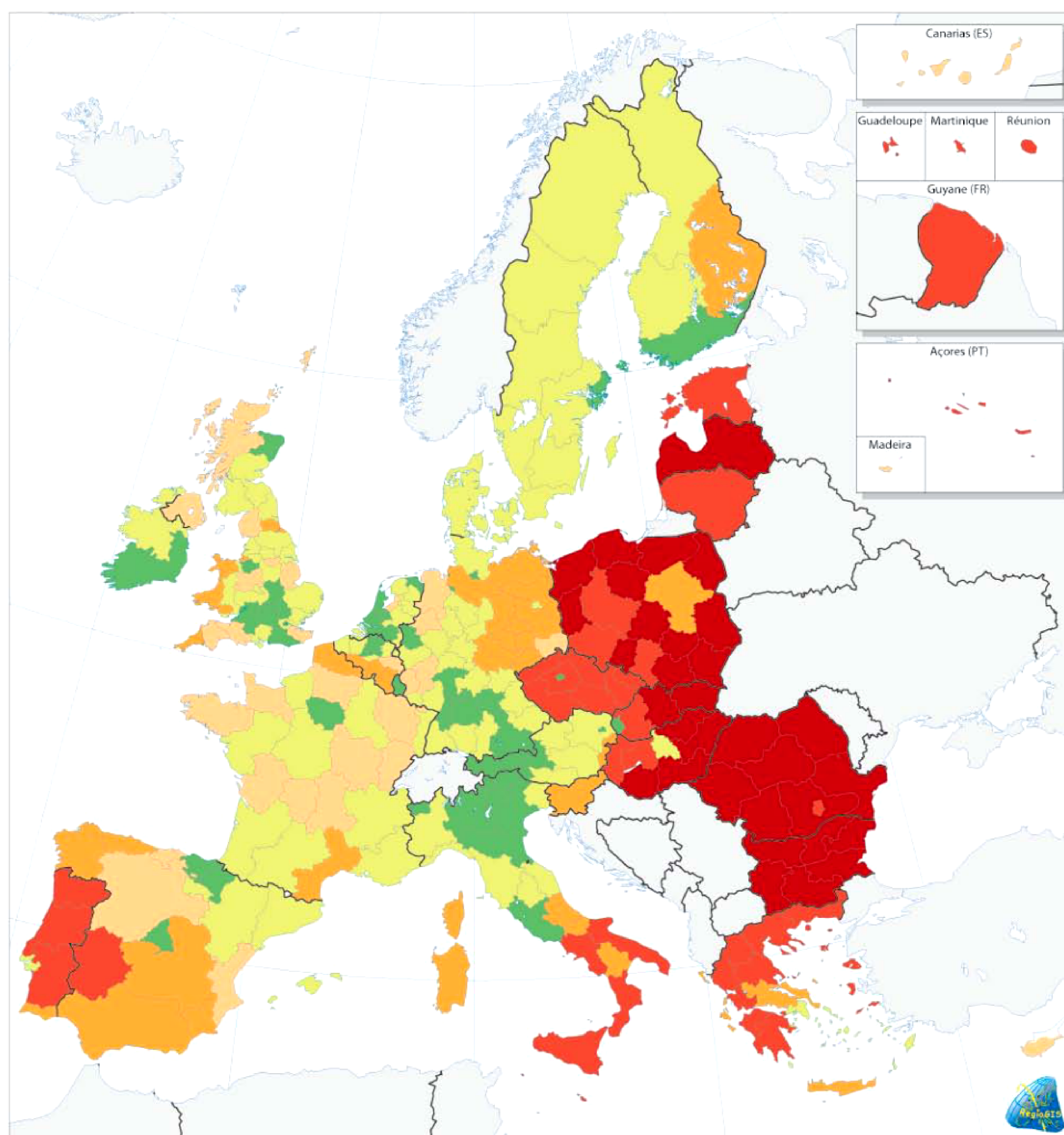
Introdução e Metodologia

A política regional da União Européia (UE) visa a redução de desigualdades regionais por meio da transferência de recursos das regiões mais ricas da UE para as mais atrasadas ou em declínio econômico, além de financiar algumas políticas que beneficiam indistintamente qualquer região da comunidade européia.

Apesar de já terem existido ações anteriores para a equalização das desigualdades regionais na União Européia, em 1993 começa uma nova fase dessa política, quando da regulamentação dos Fundos Estruturais da União Européia.

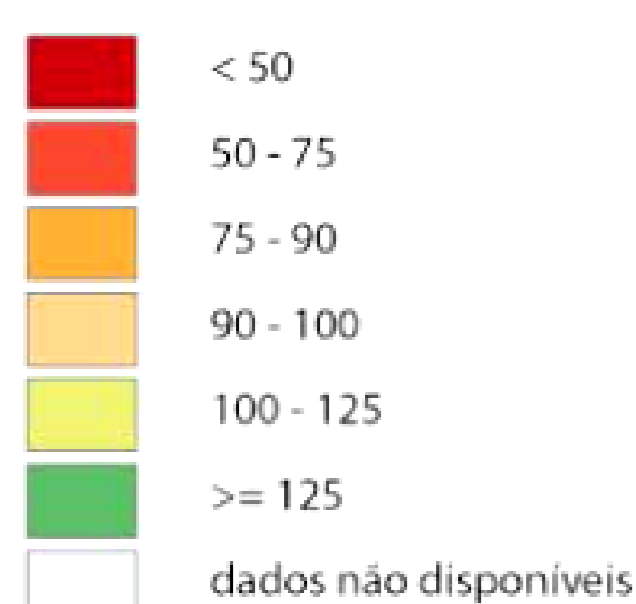
Este estudo provê uma caracterização geral da política de desenvolvimento regional da UE, com ênfase na identificação dos mecanismos de coordenação e de financiamento usados por essa política, além da avaliação de seu desempenho, e também dar subsídio e direção para quem quiser se aprofundar mais em determinado tema. Para tal, pesquisou-se a bibliografia disponível sobre o tema e realizou-se a leitura e sistematização dos textos encontrados.

Mapa 1 – PIB per capita em 2004 por região NUTS-2 da Europa.



1.2 PIB per capita (PPC), 2004

Índice, UE-27 = 100

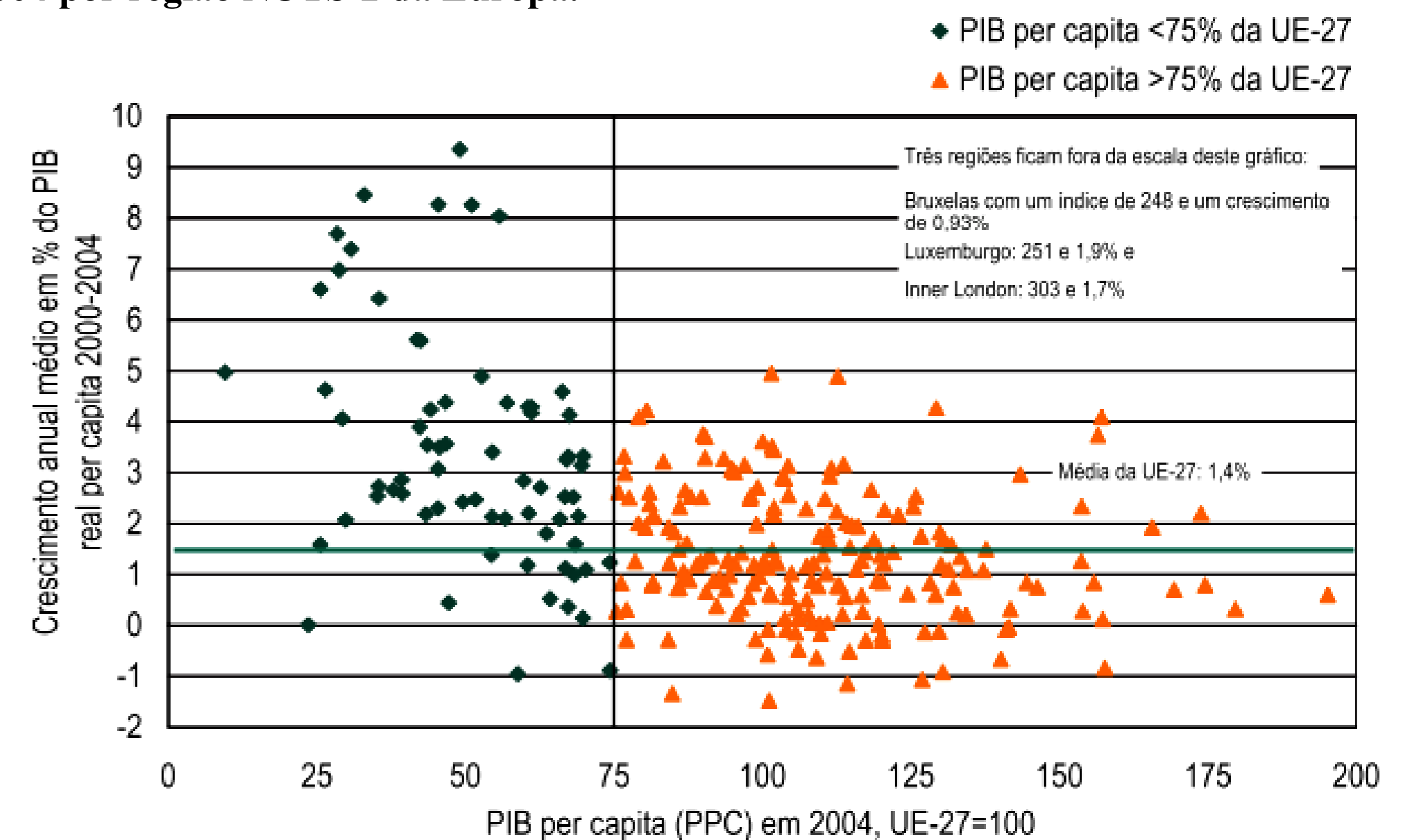


Fonte: Eurostat

0 500 km

© EuroGeographics Association, para as fronteiras administrativas

Gráfico 1 – Crescimento do PIB per capita entre 2000 e 2004, e PIB per capita em 2004 por região NUTS-2 da Europa.



Fonte: Eurostat

Resultados

Os fundos que atualmente compõem a política de coesão européia são: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que provê verba para programas de infra-estrutura, inovação e investimento em geral, destinado às regiões mais pobres da UE; o Fundo Social Europeu (FSE) que trata da parte social, financiando projetos de criação de empregos e qualificação profissional; e por fim o Fundo de Coesão (FC), destinado não a regiões, mas sim aos países mais pobres do bloco, e que financia projetos de infra-estrutura de transportes, meio ambiente e energia renovável.

Há significativas desigualdades regionais na Europa, que foram em muito aumentadas com a introdução dos 12 novos países do Leste Europeu à UE entre 2004 e 2007 (Mapa 1). Entretanto, a política de coesão está conseguindo um relativo sucesso, com as regiões mais pobres em média crescendo mais, apesar da grande variabilidade (Gráfico 1). O PIB per capita das dez regiões mais pobres subiu de 41% para 50% da média da União Européia.

Os princípios a seguir apresentados de forma resumida são os elementos principais que dão forma e personalidade à política regional européia, e a chave para seu funcionamento :

•**Programação, Supervisão e Avaliação:** Todas as despesas do fundo são feitas de acordo com um processo plurianual de tomada de decisão organizado em diversas fases, sempre incluindo: identificação de prioridades, o financiamento e o sistema de gestão e controle. Cada período de programação tem 6 anos. Atualmente se está no período de programação 2007-2013

•**Subsidiariedade:** A tomada de decisões deve ser o mais próxima possível do problema em questão, e a Comissão Européia só deve interferir quando se verificar que é o nível mais adequado para a intervenção nesse problema.

•**Parceria:** Trata-se da estreita cooperação entre a Comissão e os Estados Membros, e entre estes e diversas autoridades e organismos relevantes para execução dos projetos. É relacionado ao princípio de subsidiariedade. Tem como objetivo promover um reforço na legitimidade da política de coesão, maior coordenação, maior transparência e melhor absorção dos fundos.

•**Adicionalidade e Co-financiamento:** Os apoios comunitários devem se somar aos investimentos públicos para complementá-lo, nunca substituí-lo. Existe também a especificação da porcentagem mínima e máxima dos gastos públicos locais nos programas financiados pela política regional da União Européia

•**Informação e Publicidade:** Comunicação das intervenções comunitárias e oportunidades de financiamentos. Visa melhorar a seleção de beneficiários e as ações a ser tomadas, além de mostrar ao cidadão como está sendo aplicado o dinheiro público.

Conclusões

A avaliação da experiência européia de gestão de políticas regionais é positiva, visto que de fato contribuiu para a redução das desigualdades regionais. Além disso, os conhecimentos obtidos em gestão de projetos, planejamento de longo prazo, entre outras competências que a política de coesão estimula, difundem-se pela administração pública local e são aplicados também em outras esferas.

Esses mecanismos de gestão e financiamento são alvo de avaliação e aprimoramento, em uma experiência que já dura mais de uma década. Mesmo que contaminada pelo contexto europeu, onde evoluiu, as lições tiradas dessa experiência podem ser de grande valia para presentes e futuras políticas de desenvolvimento regional brasileiras.